

As materialidades da comunicação e os desafios midiáticos da psicanálise em quarentena

Cássio de Borba Lucas ¹, Porto Alegre
Luciane Falcão², Porto Alegre

Diante dos desafios com que a prática psicanalítica se depara no contexto da pandemia atual, um dos mais notáveis diz respeito à comunicação. A mediação das sessões por mídias técnicas tornou-se ubíqua. Este artigo propõe um diálogo entre a psicanálise e a teoria das materialidades da comunicação para esboçar um olhar mídia-psicanalítico sobre alguns destes desafios, que ensejam também renovadas discussões teóricas. Após um breve panorama das teses de alguns autores de destaque no campo das materialidades (McLuhan, Flusser, Kittler), procuramos delimitar a rediscussão – à luz da tese de que o sentido da comunicação emerge sempre no seio de um agenciamento material específico – de alguns pontos teóricos fundamentais da teoria psicanalítica, em especial as noções de setting e cena analítica. Estabelecem-se, assim, linhas iniciais para um debate que já se demonstra frutífero entre a psicanálise e as teorias comunicacionais que desnaturalizam a relação entre homem e técnica.

Palavras-chaves: Materialidade da comunicação; Psicanálise; Pandemia; Cena analítica; Setting

¹ Doutorando em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM-UFRGS).

² Psicanalista, membro efetivo e analista didata da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA), professora do Instituto de Psicanálise da SPPA.

Introdução

Por volta de 1895, Freud instalou um telefone em seu gabinete (Kittler, 1999).

Não é difícil conceber que um homem de ciência e invenção como ele se interessasse pelas tecnologias de comunicação que viriam a transformar o mundo. Mas, ao mesmo tempo, só conseguimos imaginá-lo às voltas com uma espécie de curiosidade, uma daquelas traquitanas fantásticas que povoam nosso imaginário relativo ao fim do século XIX, remetendo às *expositions universelles* e ao interesse amável de um Dom Pedro II nas maravilhas do mundo moderno. Isto é: ao contrário de todos nós na atualidade, Freud certamente não vivia em função de seu telefone. As mídias não determinavam ainda a sua situação³.

Contudo, não será essa uma tendência enviesada do nosso olhar para o passado? Qualquer um diz, hoje, que as tecnologias de comunicação, do telégrafo ao iPad, formataram um novo planeta. E, ao mesmo tempo, não conseguimos admitir que a mesma percepção pudesse ocorrer a um pesquisador do século XIX. Porém, o momento em que Freud esboça o *Projeto para uma psicologia científica* (Freud, 1895/2007) corresponde também a uma irretornável incursão em um universo de sons fonografados, imagens filmadas, conversas telefônicas e palavras datilografadas. Uma transição brusca nos meios de comunicação mais corriqueiros que não deixa de guardar semelhanças com a universalização do digital vivida hoje, e que a duras penas tentamos compreender.

A virada para o século XX trouxe consigo um desafio ao “monopólio alfabético” (Kittler, 1999, p. 40, tradução livre) da palavra escrita. É somente então, nesse contexto de novas condições materiais de comunicação, nesse “universo das imagens técnicas” (p. 40, tradução livre) conforme designou Flusser (2008), que Freud pôde falar de aparato psíquico e também instruir os médicos que praticam a psicanálise a comportar-se, antes de mais nada, como um receptor telefônico.

Ao enunciar o princípio da atenção flutuante, em 1912, Freud (1912a/2009) a concebe como a contraparte necessária da associação livre por meio da qual o paciente se integra na sessão:

Assim como o paciente deve comunicar tudo o que sua auto-observação capta, suspendendo toda a objeção lógica e afetiva que procura induzi-lo a fazer uma seleção dentre elas, também o médico deve colocar-se em posição de fazer uso de tudo o que lhe é comunicado para os propósitos

³ Revertemos, aqui, a famosa frase inicial de *Gramophone, Film, Typewriter*: “Media determine our situation” (Kittler, 1999, p. xxxix).

da interpretação, do reconhecimento do inconsciente oculto, sem substituir por sua própria censura a seleção a que o doente renunciou. Expresso numa fórmula: ele deve voltar seu inconsciente, como um órgão receptor, para o inconsciente emissor do doente. Deve colocar-se ante o analisando como o receptor telefônico se ajusta ao microfone transmissor. Assim como o receptor transforma novamente em ondas sonoras as vibrações elétricas da linha provocadas por ondas sonoras, o inconsciente do médico está capacitado (...) a reconstruir o inconsciente que determinou os pensamentos espontâneos do paciente. (p. 155-156)

Esta citação ajuda a perceber a proximidade entre o pensamento, a teoria (no caso, psicanalítica) e a tecnologia de comunicação. Também Breuer chegou a conceber a fisiologia cerebral como linhas telefônicas ou instalações elétricas ramificadas (Freud, 1893-1895/2016). Esta proximidade – para não dizer esta mistura ou determinação – é destacada por todo um conjunto de textos vindos do campo da comunicação desde, ao menos, os anos 60. Para Friedrich Kittler (1999), aliás, um ex-classicista alemão que virou nome forte das teorias da mídia a partir dos anos 80, o próprio conceito de inconsciente só é possível em função de um *a priori* tecnológico: a fonografia. Afinal, aquilo que as teorias da comunicação chamam de ruído é também a dimensão em que se depositam todos os nossos atos falhos, gagueiras, paralalias, etc.

Se aceitarmos a narrativa de Kittler, a descoberta do inconsciente ocorre porque seus desbravadores (Exner, Flechsig, Freud) viviam um momento de violenta reconfiguração midiática, que os embalava de uma existência regida pelo alfabeto para um novo paradigma midiático no qual o texto, tradicional meio de comunicação dos estudiosos, teria de competir com os fonogramas e com as imagens em movimento. São tais remanejamentos midiáticos, estes agenciamentos de mídias e seus respectivos efeitos sobre a mente e a sociedade humanas, que constituem o objeto por excelência da chamada⁴ *teoria das materialidades da comunicação*. Sua aposta está em centralizar as condições materiais que, em conexão com nossos sentidos (fisiológicos), possibilitam a emergência do que vem a se entender como sentido (semiótico).

O que propomos, portanto, com a recuperação desse olhar, é sugerir uma interface entre esta empreitada comunicacional e os problemas contemporâneos

⁴ Não há uma unidade de teses formuladas ou um manual institucionalizado de *uma* teoria das materialidades da comunicação. No entanto, existe sim um campo amplo de autores interessados sobretudo na dimensão material da produção de sentido. Por isso, passaremos a falar, diferentemente da prática habitual (Oliveira, 2011; Müller, 2012), em teorias da materialidade da comunicação, que tem a vantagem suplementar de soar melhor.

Cássio de Borba Lucas, Luciane Falcão

de uma psicanálise que se vê obrigada a intensificar a utilização de aparatos tecnológicos para seguir existindo como método de tratamento.

As tecnologias midiáticas – a começar pelo computador pessoal, mas sobretudo o celular – há muito já se insinuam como fatores constituintes dos processos de subjetivação que atravessam nossos pacientes. Com a pandemia da Covid-19, contudo, fica muito mais evidenciada, da perspectiva do analista, a nossa intrincada relação simbiótica com os novos meios de comunicação.

Isso nos faz perceber que, no fundo, talvez nunca tenha existido psicanálise sem tecnologias de comunicação, se pensarmos em um sentido amplo dessa expressão. Como não refletir criticamente sobre os nossos marcos teóricos quando a própria sessão de terapia passa por novos canais, já não restritos à arquitetura do consultório e do divã? A palavra falada sempre foi, ela também, uma tecnologia comunicacional bastante específica, com limites e potencialidades próprios, distintos daqueles da conversa por telefone ou por *webcam*, da gestualidade, etc.

Diante de tudo isso, objetivamos: (1) apresentar as teorias das materialidades por meio de alguns postulados comuns a vários autores, em especial certos pontos da obra de Friedrich Kittler que abordam diretamente a psicanálise e (2) munidos destas ferramentas, levantar focos de discussão e desafios que o contexto forçosamente telemático impõe para uma reflexão *mídia-psicanalítica*. Com isso, pretendemos somente acenar para um olhar mais sensível sobre as capacidades e os limites do arranjo de materialidades comunicacionais que são parte constituinte da teoria e da prática da psicanálise.

1. Teorias da materialidade da comunicação

O campo de estudos da comunicação tem uma sinuosa história de debates e escolas teóricas, que ora opõem-se frontalmente, ora correm em paralelo. Mesmo a sua origem é estabelecida por meio de diferentes marcos, a depender da história das teorias da comunicação (cf. Mattelart & Mattelart, 1995/2016; Rüdiger, 2011; Sfez, 1994) que tivermos em mãos. Isso não surpreende: é intuitivo entender, em retrospecto, a retórica e outras empreitadas dos antigos gregos como problemas de comunicação (Marcondes Filho, 2010). Contudo, também é imperativo admitir que o que entendemos por comunicação, hoje, é muito devedor dos chamados fenômenos de massa que caracterizaram parte importante da reflexão crítica do século XX (Costa Lima, 2005). As investigações interacionistas da Escola de Chicago, com a ênfase de Mead (1972) no gesto simbólico, bem como o funcionalismo e o estudo dos efeitos da grande mídia por Merton e Lazarsfeld

(1957), são frequentemente apontados como pioneiros no interesse renovado nas questões de comunicação tornadas “massivas” (cf. a extensão da rubrica dos *mass media studies* em Sfez, 1992, p. 359-361). A Escola de Frankfurt também se voltava para as comunicações de massa, e nelas enxergava um dos fatores centrais para o processo de industrialização cultural famosamente descrito por Adorno e Horkheimer (1985).

Paralelamente a estas perspectivas, digamos, mais ligadas a um repertório humanista clássico, a teoria matemática da comunicação de Claude Shannon (apresentada por Warren Weaver em 1949) respondia a uma série de problemas estritamente técnicos⁵, e fundamenta até hoje a construção da maquinaria digital que nos informa. Tal concepção de comunicação, a dos engenheiros, é completamente distinta, ainda, daquela dos estudos de recepção (Jauss, Orozco e Canclini), das mediações (Martín-Barbero), do imaginário (Durand), da semiótica (Peirce, Saussure), entre tantas outras.

Esse traçado panorâmico já deixa claro que não há unidade quando tratamos dos fundamentos teóricos do campo da comunicação. E é neste campo sempre instável que, a partir dos anos 60, vão se articular uma série de trabalhos como uma nova perspectiva, uma ênfase inédita ou sub-explorada até então, e que passa a ser conhecida (nos anos 90) como perspectiva das materialidades da comunicação. O marco decisivo deste movimento costuma ser considerado como a compilação de artigos organizada por Hans Ulrich Gumbrecht e Karl Pfeiffer, em 1994: *Materialities of communication*. No posfácio em que tenta consolidar as linhas de coerência destes textos, Gumbrecht chama a atenção para o desafio que a perspectiva das materialidades propõe à ideia de interpretação.

Trata-se de reconhecer, no coração das ciências humanas, a importância do conceito de interpretação e a sua dívida com as teorias da hermenêutica, que remetem a Wilhelm Dilthey (Gumbrecht, 1994). O típico da hermenêutica, conforme Gumbrecht, é a pressuposição de que o sentido ou os significados de uma comunicação estão sempre dados, mas, ao mesmo tempo, permanecem incompletos ou como que codificados até que o gesto interpretativo venha a preencher suas lacunas. Esta perspectiva, por mais antiquada que tal esboço lhe faça parecer, pode ser reconhecida mesmo na semiótica do século XX, quando Saussure (1995) opõe significante e significado como facetas do signo: este, da natureza do conceito; aquele, da natureza da matéria que pode veicular o conceito. Contra as fantasmagorias interpretativas – que, aliás, poderíamos

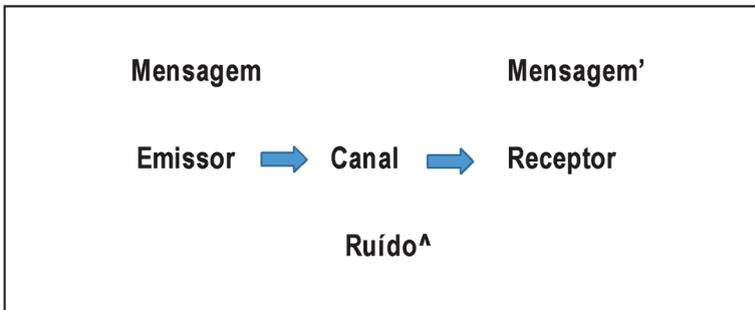
⁵ Shannon e Weaver falavam em três níveis (Weaver, 1949), e propunham manter-se no nível (1) físico-matemático que fundamentaria o nível (2) semântico e o nível (3) da efetividade. Os dois últimos níveis, excluídos de seus trabalhos, corresponderiam aos sucessos de transmissão, aos “*noiseless cases*” (Shannon, 1949, p. 24) que o nível 1 tivesse preparado.

Cássio de Borba Lucas, Luciane Falcão

remeter à escolástica da Idade Média, com suas intermináveis discussões sobre os significados últimos do texto sagrado –, Gumbrecht (1994) propõe que os estudos de comunicação façam uma passagem “da interpretação como identificação de estruturas dadas de significado para a reconstrução dos processos por meio dos quais estruturas articuladas de significado podem emergir em primeiro lugar” (p. 398). As materialidades da comunicação poderiam ser entendidas, portanto, como “a totalidade dos fenômenos que contribuem para a constituição de significados sem serem, eles mesmos, significados” (p. 398). Ao invés de uma decifração regrada dos fenômenos de comunicação, à maneira dos criptógrafos, tratar-se-ia de investigar seus processos de constituição, levando em conta todo tipo de matéria que, tradicionalmente, seria excluída de uma investigação humanista.

Por falar em fantasmagorias, a noção de alma ou espírito insinua-se por toda parte quando transitamos pelas ciências humanas. A matriz das *humanities* (em inglês), ou das *sciences humaines* (em francês), fica clara se considerarmos o termo alemão que as designa: *Geisteswissenschaften*, as ciências do espírito, conceito este que remete ao idealismo de um Hegel. Do outro lado das ciências (*wissenschaften*), Dilthey (1990) situava as *Naturwissenschaften*. Aqui, a natureza e a matéria; lá, o espírito e as imaterialidades que caracterizariam o propriamente humano.

Não poderia ser diferente na comunicação (ou poderia?). Se reduzimos as várias perspectivas mencionadas acima a um princípio esquemático único, aproximamo-nos da noção de comunicação corrente no senso comum. Temos, assim, um modelo comunicacional bastante aceitável:



Fonte: autores

Um emissor, para enviar uma mensagem, deve codificá-la de modo que ela possa trafegar em um canal material. Posteriormente, o receptor precisa decodificá-la para chegar à mensagem mais fiel possível em relação à original (simetria). Complicando a situação, o ruído incide no canal, e deve ser limado

em prol da mensagem⁶. Ideal da comunicação: tudo gira em torno da mensagem a ser transmitida.

Mas o que é, afinal, a mensagem? Onde está a mensagem? Em nossa cabeça? No mundo das ideias? Conteúdo, significado, sentido... poderíamos multiplicar os nomes, mas sempre tendemos a resgatar a divisão implícita entre matéria e espírito. A mensagem é o substrato imaterial que está contido na matéria comunicacional, como que esperando o intérprete para desvendá-la. No esquema acima apresentado, a mensagem talvez devesse constar, esquematicamente, não somente sobre emissor e receptor, mas em uma espécie de nuvem etérea que paira sobre as matérias do mundo (que seriam investigadas, de forma rigorosa, pelas ciências naturais).

A partir deste esboço de modelo – que acreditamos ser capaz de resumir o “modelo de auto-referência” humana (Gumbrecht, 1994, p. 391), privilegiado desde ao menos a filosofia moderna de Descartes – é que podemos compreender com mais clareza a ênfase das teorias da materialidade da comunicação. Não significa que todas elas se desembaracem, simplesmente, da faceta imaterial da dicotomia existente entre matéria e espírito. A questão é de ênfase, e podemos marcá-la com o famoso *slogan* de McLuhan (1964, p. 21), um dos santos padroeiros das materialidades: “o meio é a mensagem”.

Com isso, o pensador canadense - devedor do pensamento infra-comunicacional, por assim dizer, de Harold Innis (1986) - queria apenas apontar que a mensagem, objeto tradicionalmente em foco nos problemas que os comunicólogos se colocaram, era apenas uma decorrência da dimensão digna de estudo: os ambientes midiáticos com seus efeitos concretos. Por exemplo: não interessa tanto qual é o conteúdo de um caminhão de carga, mas sim os impactos, como um todo, da tecnologia automobilística, a malha rodoviária dela decorrente, as organizações políticas que ela pode condicionar. Da mesma forma, no que concerne aos meios de comunicação, trata-se menos de decifrar a mensagem de um programa de TV, por exemplo, do que de compreender as medialidades (Oliveira & Müller, 2008) desta tecnologia de comunicação.

Os meios de comunicação, assim como as tecnologias, estendem as faculdades humanas (McLuhan, 1964): um martelo pode mais que um braço, ampliando uma capacidade mecânica. Estas extensões tendem à criação de um ambiente tecnológico, ambiente este considerado no sentido do meio ambiente mesmo em que vivemos. Isto corresponde a dizer, de certa forma, que, ao invés de usuários das tecnologias, somos nós que estamos imersos nelas. Um peixe, perguntado sobre a temperatura da água, só sabe responder: *que água?*.

⁶ Esta simplificação, é claro, não corresponde ao modelo matemático de Shannon (1949), em que o canal sempre já é ruidoso. A informação, aliás, só pode emergir como seleção a partir do ruído.

Cássio de Borba Lucas, Luciane Falcão

Tendo o ambiente este caráter inicial de invisibilidade, cabe ao tecnólogo desbravar as regulações e potencialidades de uma dada situação midiática. Deve-se entender que são as nossas capacidades comunicacionais que derivam de um meio de comunicação, e não o contrário. Os meios eletrônicos, proliferando a olhos vistos já no tempo de McLuhan (1964), estendem não mais uma capacidade mecânica, mas sim o nosso sistema nervoso, e devem ser entendidos pelos seus efeitos e não por suas mensagens. As mídias têm impactos psicológicos e sociais que reordenam o mundo que experimentamos. Como notou Nietzsche (citado por Kittler, 1999), escrevendo, no fim da vida, em uma curiosa máquina de escrever Malling-Hansen, modelo *writing ball*: “nossos instrumentos de escrita trabalham com nosso pensamento” (p. 200, tradução livre).

São célebres as teses de McLuhan (1962) sobre a *galáxia de Gutenberg*, a grande explosão do letramento alfabético por meio da imprensa, que teria levado tanto ao modelo linear, historicista e racional de mentalidade quanto à formação dos impérios modernos⁷ da produção em massa e da linha de montagem (da qual a tipografia é o protótipo). O desafio é desfazer a naturalidade imediata com que enxergamos um mundo mediado por nossas ferramentas e técnicas de comunicação. No viés da desnaturalização, pensamos também em um outro autor incontornável no desafio de compreender a comunicação como infraestrutura do pensamento e da sociedade: Vilém Flusser (2008, 2015), filósofo tcheco naturalizado brasileiro que, não por acaso, passou a vida (1920-1991) se movendo entre línguas e culturas.

Em sua obra, a cultura é organizada em grandes blocos que se distinguem pelo grau de abstração. Por exemplo, a cultura das imagens tradicionais, pintadas nas cavernas de Lascaux e Altamira: trata-se já da abstração (subtração) de uma dimensão da realidade que, de tridimensional, passa a bidimensional, abstração esta feita a partir da profundidade da cena. No momento em que nos afastamos do mundo pela distância de um braço e colocamo-lo em duas dimensões, começamos também a pensar antes de agir. As imagens tradicionais, portanto, nunca foram o que retrospectivamente chamamos de *arte pré-histórica*. Elas tinham uma função bastante precisa: orientar-nos no mundo. Eram mapas de ação.

Quando estes mapas já não funcionam mais como meios de organização, transformando-se em ídolos ou biombos, é que chegamos na fase de crise de todos os ciclos flusserianos: a fase da alienação, em que o vetor da comunicação não é o mundo para o qual aponta um mapa. O vetor passa a ser a própria imagem, que começa a ser adorada em função de poderes mágicos.

Para escapar à alienação, abstraímos novamente. Da imagem bidimensional,

⁷ Innis (1986) já afirmara que as antigas “monarquias do Egito, da Pérsia, o Império Romano e as cidades-estado eram essencialmente produtos da escrita” (p. 8).

passamos ao texto unidimensional, que corre em uma seta inequívoca, organizando os elementos da imagem que não tinham uma ordem necessária de leitura. É o nascimento do pensamento da causa-e-consequência; o nascimento do conceito, da ciência e da história.

Quando passamos ao digital, já estamos imersos em zerodimensionalidade: os elementos fundamentais de nossos dispositivos de comunicação são *bites* e *pixels* que não conseguimos tocar com as mãos. Porém, pela primeira vez, as nossas tecnologias não mais abstraem dimensões, e sim restituem, concretizam uni-, bi- e tridimensionalidades. O texto que o leitor ora observa é o resultado de uma operação programada que transduz informação digital nas páginas bidimensionais de um livro (caso não esteja sendo lido em um *tablet*). Quais consequências um ambiente midiático deste tipo tem para a nossa compreensão da realidade? Pensaremos, diria Flusser, também nós de maneira programada, no interior dos programas, a partir de suas capacidades técnicas.

Assim, uma câmera fotográfica, por exemplo, ao contrário do que costumamos pensar, não é uma ferramenta para o fotógrafo. O fotógrafo não faz mais que selecionar, dentre as múltiplas (*mas não infinitas*) seleções possíveis, uma foto. Esta, é claro, sempre já está inscrita no programa. Portanto, nunca fotografamos o mundo: fotografamos o programa da câmera, que é informado por séculos de ciência textual.

Para Flusser (2015), a crítica da comunicação deve se voltar para o “contra-ataque” das tecnologias, o momento em que passamos menos a utilizá-las do que a ser produzidos por elas, o momento de alienação pelo qual um martelo, que é “incomparavelmente mais burro que o mais burro dos seres humanos” (p. 119), passa a servir de modelo privilegiado de auto-referência humana. É o caso das ferramentas computacionais nos dias de hoje: não sabemos refazer o mundo sem *reformatá-lo*; não conhecemos o aleatório, somente o *randômico*; não digo mais que *me deu um branco*, mas sim um *tilt*, um *bug* ou uma falha de processamento. Nossos ouvidos são *como microfones* e o nosso pensamento, conforme querem crer alguns, poderá mesmo ser carregado por *upload* na internet.

Assim, também a câmera fotográfica torna-se modelo para a visão mesmo nos manuais de anatomia. Não sabemos nada sobre nossos sentidos, dirá Friedrich Kittler (2016), até que uma mídia apareça como modelo ou metáfora para explicá-lo. Gostaríamos de dedicar ainda algumas linhas ao esclarecimento de tal ponto. É de maneira ampla e radical que, para o pensador aqui citado, “as mídias determinam nossa situação” (Kittler, 1999, p. xxxix, tradução livre).

Em sua obra mais importante, Kittler (1990) desloca a questão tradicional acerca do sentido e das mensagens da comunicação para centralizar o arranjo

Cássio de Borba Lucas, Luciane Falcão

de mídias que determinam as condições de emergência do sentido. É para dar conta deste arranjo extremamente específico que o autor desenvolve o conceito de *sistemas de inscrição* (*Aufschreibesysteme*⁸). Um tal sistema é constituído de articulações contingentes de mídias e instituições que transmitem, armazenam e processam informação (Kittler, 1990).

Com um *sistema de inscrição*⁹ como objeto e perspectiva metodológica, Kittler parece oferecer, ao longo de sua obra, uma espécie de história das mídias centrada não no papel da humanidade como seu sujeito, nem em causas psicológicas ou socio-históricas para o desenvolvimento midiático, mas nas próprias mídias como começo e fim da aventura da comunicação. São as próprias “inovações técnicas” que “fazem referência (ou respondem) apenas umas às outras” (Kittler, 2016, p. 32). O movimento da história, aqui, diferente da noção habitual de progresso e das causalidades humanistas, é espasmódico, operando por sacudidas ou solavancos (Kittler, 1999) no momento em que novos sistemas de inscrição são articulados.

É assim que o teórico das materialidades da comunicação reconstitui, sempre em um conjunto concreto de textos que remetem uns aos outros, o sistema de inscrição que organizava, em 1800, a literatura romântica do idealismo alemão¹⁰, a *república dos escolásticos* que a precedeu e o *sistema de inscrição 1900* que a suplantou, baseado nas novas mídias técnicas da virada do século XIX para o XX: o fonógrafo, o filme e a máquina de escrever.

Neste paradigma, descrito em outra publicação (Kittler, 1999), é que se encontram as referências diretas que o autor faz à psicanálise, em uma curiosa leitura que aponta para sua emergência e configuração como um elemento indissociável das tecnologias da época que a tornou concebível. Destacaremos (deste texto que apresenta severas dificuldades para ser destrinchado) somente dois pontos.

⁸ Termo que Kittler (1990) recolhe, curiosamente, dos textos de Schreber (1903/1984), conforme prefácio de David E. Wellbery.

⁹ Ou “sistema de notação”: a tradução em português ainda está em aberto, e não deve recuperar a tradução anglófona, bastante livre: “*discourse networks*” (Kittler, 1990).

¹⁰ “Esta rede conectava, entre outras instâncias, 1) as novas práticas de educação ligadas a uma reforma institucional que atribuía às mães a função de uma alfabetização erotizada, por cujo amor se garantia a plenitude de sentido da linguagem desde os ‘mínimos significantes’ que a criança aprendia a conectar em palavras, ligando a voz materna à natureza (Kittler, 1990, p. 78); 2) a instituição da família nuclear; 3) novas técnicas de tradução e leitura que legitimavam, para além da antiga recitação, um tipo de ‘voz interior’ (Kittler, 1990, p. 33), ligada à nova individualidade subjetiva e a uma transparência da linguagem, entre cujas linhas o leitor alucinava imagens, sons e sentidos (Kittler, 1999, p. 10); 4) técnicas de escrita que conectavam a materialidade da pena e do papel e seu fluxo contínuo à nova interioridade do indivíduo ‘expresso’ nessa linearidade verbal igualmente indivisa e fluida (Kittler, 1990, p. 84); 5) as figuras do poeta e do filósofo que reconectavam o *output* de produção linguageira ao público majoritariamente feminino; etc.” (Lucas, 2017, s/p).

Primeiramente, é interessante recuperar a relação de determinação que Kittler, ao discutir o fonógrafo, inventado por Edison em 1877, estabelece entre esta primeira tecnologia de registro sonoro com o conceito de inconsciente elaborado por Freud a partir de 1895, quando escreve *Projeto para uma psicologia científica* (Freud, 1895/2007), sugerindo, pela primeira vez, a ideia de um *inconsciente dinâmico*, conceito que será desenvolvido de forma mais detalhada em 1912 (Freud, 1912b/2009). Kittler afirma que o código alfabético, responsável por dominar o panorama midiático até o século XIX, era composto de um número limitado de letras que impunham ao falante uma escolha. Textos nunca registraram pessoas ou as suas ideias, mas sim as palavras que elas selecionaram. Nosso autor refere-se a isso como o “gargalo do significante” (Kittler, 1999, p. xxiv, tradução livre) pelo qual a comunicação tinha de passar. Uma mancha no papel deve ser simplesmente ignorada: é um erro, um borrão. Ao contrário, o fonógrafo registra não somente as palavras (bem) pronunciadas pelo falante. Ele não se reduz à dimensão do simbólico, mas captura também todas as hesitações, gagueiras, repetições e redundâncias, etc. “Do contrário”, diz Kittler (1999), “não haveria nenhum inconsciente” (p. 85, tradução livre). Como já mencionamos acima, Freud (1912a/2009) chega a apontar – consciente ou não da importância das materialidades da comunicação para a psicanálise – o receptor telefônico como paradigma da escuta psicanalítica.

Em segundo lugar, é notável também a relação que o teórico das mídias estabelece entre as três mídias que marcam o advento da moderna comunicação técnica (fonógrafo, filme e máquina de escrever) com os três registros lacanianos do real, do imaginário e do simbólico. Novamente somos lembrados que toda teoria tem o seu *a priori* tecno-histórico: assim como a diferenciação que estas mídias operaram entre registros visuais, sonoros e verbais (antes eram função da literatura), “a *distinção metodológica* entre real, imaginário e simbólico é a teoria (ou simplesmente o efeito histórico) dessa diferenciação” (Kittler, 1999, p. 15, tradução livre).

No simbólico, como a linguagem da máquina de escrever, o que conta são os espaços entre elementos de um sistema. O imaginário, por sua vez, como imagem especular¹¹ desequilibrada, conecta-se às ilusões de óptica pesquisadas nos primeiros anos do cinema. Contudo, somente o fonógrafo pode capturar o real que não se reduz ao imaginário nem à regra sistêmica e que, aliás, sempre escapa no rumo da entropia inesgotável. Este aspecto, digamos, tecnolaciano

¹¹ “Quando essa imagem especular que temos diante de nós, que é nossa altura, nosso rosto, nosso par de olhos, deixa surgir a dimensão de nosso próprio olhar, o valor da imagem começa a se modificar – sobretudo quando há um momento em que o olhar que aparece no espelho começa a não mais olhar para nós mesmos. *Initium*, aura, aurora de um sentimento de estranheza que é a porta aberta para a angústia” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 100).

Cássio de Borba Lucas, Luciane Falcão

do pensamento de Kittler convence-nos, mais uma vez, de que não se trata de postular um determinismo tecnológico simples sobre o pensamento e os sentidos da comunicação, mas sim de descrever de forma minuciosa os circuitos, como em uma planta baixa ou em um protocolo de construção técnico, que constituem um determinado sistema de comunicação capaz de possibilitar o registro de suas formas de auto-referência humana, seja na arte, seja no cotidiano, seja na teoria.

O que ocorre, hoje, com o progresso das mídias digitais, que Kittler chegou a presenciar? É como se a diferenciação que fundou o *Aufschreibesystem 1900* – a tripartição dos fluxos de texto em fluxos datilográficos, filmicos e fonográficos – se desfizesse. Voltamos ao monopólio de um tipo único de transmissão, armazenagem e processamento: “o CD digitaliza o gramofone, a câmera de vídeo digitaliza os filmes. Todas as correntes de dados correm no rumo de um estado *n* da máquina universal de Turing” (Kittler, 1999, p. 18). Os programas, diria Flusser, programam a nossa vida. Somos nós que nos movemos no interior de suas possibilidades.

Como evitar isto que Flusser (2015, p. 119) chamou de “contra-ataque e crise de alienação”, aquilo que McLuhan (1964) chamou de “narcose narcísica”¹²? Como vislumbrar os limites e potencialidades do regime midiático que nos conecta e também nos distribui em seus circuitos? Talvez lançando, em todos os campos do saber e das práticas humanas, o desafio de recentralizar os meios de comunicação para responder, a partir de seus diferentes modos de pensar e agir, aos desafios que o contexto, forçosamente telemático, coloca a nossos pressupostos mais básicos.

2. Os desafios midiáticos da psicanálise em quarentena

A psicanálise, é claro, nunca foi tão cega à dimensão material de seu funcionamento comunicacional quanto, talvez, tenhamos dado a entender até aqui. Freud, depois de suas experiências com os mestres Charcot e Breuer, abandona a técnica do toque, a técnica da hipnose, e investe em uma nova configuração de trabalho, centralizando a palavra falada e sua escuta. Essa mudança indica que o psicanalista já notava a importância da comunicação no processo analítico.

Nos primórdios da psicanálise, apenas as cartas manuscritas eram utilizadas para algum tipo de comunicação fora do consultório. Contudo, em sendo comunicação, faziam parte do *setting*. À parte isso, todo contato entre paciente e analista se dava *in praesentia*: o contrato era estabelecido no *setting*,

¹² O Narciso de McLuhan (1964) é aquele que não compreende os próprios meios de que dispõe, e, negligenciando as características comunicacionais do espelho, nele se afoga, menos por vaidade do que por desconhecimento técnico.

assim como mudanças de horários, atrasos, pagamentos, etc. eram comunicados e analisados nesse sistema. Com a chegada da secretária eletrônica, dos mensageiros *online* (do tipo MSN) e, mais tarde, do *Whatsapp* como meios de comunicação, algumas questões técnicas passaram a fazer parte dos processos de análise. O que percebemos, com isso, é a relação íntima e sempre renovada entre a psicanálise e as técnicas da comunicação.

O advento da pandemia e a inevitabilidade do uso de meios de comunicação digitais nos processos analíticos recentraliza a dimensão comunicacional da psicanálise, tanto pelo papel que estes meios ocupam como pela mobilização interna do analista e do paciente. Nossa reflexão sobre quais os impactos do uso dessas técnicas no arcabouço teórico e técnico da psicanálise, claro, ainda é restrita e limitada. Entendemos que será necessário um tempo maior para que nossas experiências clínicas – atravessadas pela palavra, pelo gesto, pelo som e pelo vídeo – possam ser melhor entendidas e decantadas. Além disso, como vimos, as próprias teorias da materialidade da comunicação afirmam que são mais as mídias que nos utilizam do que nós que as utilizamos, tornando o ambiente midiático quase que invisível para nós. O estudo de alguns aspectos dessas teorias permite, contudo, ampliar os nossos questionamentos desde já, viabilizando uma reflexão sobre a função das mídias nos processos psicanalíticos, mídias estas usadas por praticamente todos os psicanalistas e psicoterapeutas no mundo durante a pandemia.

Referimos a pandemia porque foi a partir dela que as materialidades digitais tornaram-se a única via possível (junto do telefone) para a existência da psicanálise enquanto método de tratamento durante o período de confinamento, mostrando uma nova condição de exercer a psicanálise em um momento de crise. Da mesma forma, mostrou, inclusive, que é possível uma inscrição diferente do modelo clássico. Em vários lugares do mundo, essa via já estava sendo utilizada, mas não massivamente. O que sabemos é que a chegada da pandemia provocou um turbilhão de movimentos internos e externos ao psicanalista, colocando-o diante de novos desafios.

Uma primeira investida para lidar com esses desafios será – tendo introduzido nas seções anteriores a perspectiva das materialidades da comunicação como dispositivo para que reflitamos sobre a condição midiática da psicanálise – centralizar somente alguns deles, em linhas muito gerais, para que o debate e a reflexão dos colegas eventualmente possam delimitá-los com mais clareza. Neste viés, discutiremos, a seguir, algumas questões *mídia-psicanalíticas* que nos são apresentadas, mais especificamente, em relação à *cena analítica* e ao *setting*.

Em um processo analítico, fazem-se presentes aspectos psíquicos do analista e do paciente que estarão em conexão entre si, ou em desconexão, aspectos estes

Cássio de Borba Lucas, Luciane Falcão

que farão parte da construção da cena transfero-contratransferencial. Para Freud, a forma como a criança vive a cena primária (fantasias em relação à vida sexual dos pais) e as fantasias dela decorrentes terão impacto na estruturação do aparelho psíquico. Para ele, a não compreensão de uma cena vivida e o fato de a criança não conseguir explicar em palavras o que ela imaginou ou vivenciou – um excesso de sexualidade – poderia se transformar em um trauma psíquico. Ou seja, o trauma aparece ligado à impossibilidade da linguagem dar sentido ao vivido. Lacan (1953-1954) falará em *Pragung* (cunhagem, estampagem) para uma inscrição que se dá no registro do imaginário, sem condições de se integrar às representações-palavras, pois teriam sido vividas antes da aquisição das mesmas. Tudo isso conduz à questão: como pensar sobre as vivências de uma criança *alfabetizada* em diversos sistemas digitais antes mesmo de sê-lo no sistema alfabético? Será que o fato de crianças pequenas - algumas ainda no colo de seus pais - já acessarem, mediante um simples clique, uma cena na qual elas *entram*, não alteraria o mundo das fantasias originárias? Esse tipo de comunicação impactará a própria noção que o analista pode ter da cena primária? Nos tempos atuais, a cena, podendo se desenvolver por meio de canais digitais de comunicação, será formatada diferentemente, dependendo, por exemplo, do *software* que estivermos utilizando, o qual pode tender para um predomínio da expressão em vídeo sobre a expressão em áudio, ou mesmo enfatizar a dimensão textual. Será que teremos condições de avaliar como a troca de predominância dos códigos e materialidades comunicacionais penetra na cena analítica? Teremos condições, ademais, de relacionar se a facilidade ou a dificuldade do analista em lidar com essa materialidade teria a ver também com suas próprias dificuldades relativas à cena primária ligadas às ditas fantasias originárias freudianas?

Podemos pensar, ainda, com o olhar das teorias da mídia, no próprio estatuto da noção de cena. Esta palavra, desde sua origem latina, está relacionada ao teatro, uma forma de comunicação bastante específica (embora divisível em infinitos subtipos). A cena implica uma divisão tanto entre público e espetáculo quanto entre representação (atores) e representado (personagens). Não será possível reconsiderar a teoria da cena transferencial, pensando-lhe a partir de mídias contemporâneas como o vídeo digital? A forma comunicacional e o estatuto de seus elementos é variável: por vídeo, podemos ter uma emissão ponto a ponto ou uma *live* que conecta um emissor a muitos receptores. A participação do receptor, contudo, é muito mais evidente no caso dessas *cenais digitais* do que no da velha cena teatral. Desafio, talvez, ao pensamento da representação (Sfez, 1994) que marca a nossa prática psicanalítica em vários aspectos. Como pensar uma cena em que a transferência pode não se dar mais como em um espetáculo teatral, com seus

corpos representantes e representados sendo dependente de mídias que estendem o corpo humano em novas direções?

Fato é que, diante de uma pessoa ou de uma tela, no processo analítico estamos primeiramente diante de experiências sensíveis. Não cabe, contudo, confundir sensibilidade e imaterialidade. Jacques Rancière (2015) problematiza esta perspectiva ao falar da partilha do sensível como um sistema que fixa, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas: “essa repartição de partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que termina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha” (p. 15). Talvez as nossas questões passem por uma busca de compreensão a respeito da forma como as *ferramentas* de comunicação da psicanálise distribuem o sensível no processo analítico. Quais efeitos a reconfiguração midiática que atravessamos (o solavanco de Kittler) provocam no processo? Parece-nos que outro conceito útil como interface para a condução de tal questionamento é o de *setting*, um dos pilares da técnica psicanalítica.

Podemos entender o *setting* como a organização dos procedimentos do trabalho analítico, ou seja, como um conjunto de elementos (desde o espaço do consultório até o corpo dos envolvidos) e regras a partir do qual pode se desenrolar a prática. A própria palavra inglesa (*to set*) aponta para este sentido de organização preliminar, de colocação em determinada distribuição e ordem. Mas, como defende Quinodoz (1992), o *setting* não é um recipiente inerte, tampouco uma simples justaposição de regras, mas uma espécie de território dinâmico que interage com o todo do processo.

Como entender a passagem de um tipo de *setting* específico – em um consultório, a quatro paredes, sigilo garantido, com um divã, para onde o paciente e analista precisam se deslocar geograficamente para se encontrarem, onde todos os sentidos de ambos estão disponíveis para o trabalho psicanalítico e onde, muitas vezes, a sensorialidade tem primazia sobre a linguagem verbal, permitindo uma expansão da escuta analítica – para um outro *setting*, que pode funcionar dentro da casa do analista, no interior da casa do paciente, onde filhos aparecem, cachorros ou gatos participam de sessões, ou mesmo dentro do carro, ou no banco de uma praça? Vários elementos novos invadem nosso campo experiencial e nossos quadros teóricos. Qual a dimensão, por exemplo, das fantasias incestuosas quando nós entramos no quarto do paciente e ele entra na nossa casa? O quanto a dita neutralidade é abalada? Nosso pensamento já não é outro durante uma sessão com a câmera ligada?

Além destes aspectos ligados à dimensão dos conteúdos da comunicação

Cássio de Borba Lucas, Luciane Falcão

psicanalítica, a perspectiva das materialidades apresenta o desafio de nos mantermos sensíveis àquilo que em geral é percebido como uma dimensão puramente *técnica*. O que acontece quando a conexão falha e não conseguimos recuperá-la? O que significa quando essa *falha técnica* desdobra-se em configurações bastante específicas de comunicação, em que, por exemplo, o áudio é provisoriamente perdido, ou quando passamos a nos comunicar de maneira exclusiva por áudio, sem o vídeo? Uma falha técnica também pode ser interpretada como parte da conduta do analisando?

Toda uma dimensão *fática* de características renovadas insinua-se neste novo *setting*. Jakobson (2015, p. 125-126), antes mesmo dos teóricos da mídia, já falava desta função da comunicação cujo único propósito consistia em prolongar a própria comunicação. Pensemos em questões tornadas diárias como: “está me ouvindo?”, “a rede de *wi-fi* caiu – espera um pouco porque vou ter que ir para o 4G”, “a tua imagem está truncada”, “congelou”, “vou ter que me reconectar”, etc. Certas situações, hoje correntes, não tem equivalente algum nas formas de comunicação tradicionais: o que significa, para a análise, que um paciente ou um analista tenha *visualizado* uma mensagem sem respondê-la? Quando um paciente limpa a garganta, gagueja ou pergunta se foi claro em seus relatos no consultório, não temos dúvida de que são manifestações analiticamente pertinentes. No entanto, ainda não temos clareza sobre o que é decisivo, enquanto pista e indício para a terapia, e o que é instrumental nas formas de comunicação contemporâneas.

O que constatamos é a existência de condicionamento midiático naquilo que é central no compartilhamento de um processo analítico: a escuta e a voz, o olho e a imagem, o nariz e o olfato, o corpo e suas sensações. Como fica a qualidade sensorial neste novo tipo de aproximação em um processo de subjetivação que está aberto? Como vivenciamos os elementos centrais de um processo analítico se ele passa a ocorrer através de uma câmera que mostra o *outro* em uma nova dimensionalidade, ou através da voz ao telefone quando nenhum dos dois parceiros da empreitada analítica se vêem? Neste ponto, reencontramos uma questão cara a várias teorias da materialidade da comunicação: o equilíbrio sensorial.

Para McLuhan (1962), era importante observarmos que uma mídia pode tornar-se predominante em dada sociedade, como o ocorrido com o texto impresso que definia a *Galáxia de Gutenberg* desde o Renascimento até o século XX. Quando isso ocorre, a mídia em questão tende a estabelecer um ambiente tecnológico *dentro* do qual nos situaremos. Isto é, a depender dos caracteres da tecnologia predominante, somos nós que aparecemos como seus resultantes, coletando efeitos psico-sociais específicos. As mídias tendem, também, devido aos seus modos de uso com os quais devemos nos habituar, a “hipertrofiar um sentido fisiológico em

detrimento dos outros” (McLuhan, 1962, p. 40). Assim, a sociedade do texto está fortemente ligada ao sentido da visão. No entanto, a sociedade da comunicação digital já se apresenta, pelo menos desde os anos 60 de McLuhan, como menos visual (e distanciada) e mais envolvida e sinestésica. Como serão estruturados, neste contexto, nossos processos de pensamento a partir do super-investimento, durante a sessão, em um dos sentidos, quando se atende, por exemplo, apenas pelo telefone e se utiliza apenas a audição para captar o que é emitido pelo paciente, ou quando nos *fixamos* na imagem visual da tela do computador? Não devemos, por acaso, considerar seriamente as ferramentas e técnicas que nos possibilitem uma compreensão mais sinestésica ou transmodal da expressão do paciente?

O que já podemos observar é que, nessa nova situação, sonhos seguem sendo narrados, atos falhos seguem se apresentando, atuações transferenciais seguem ocorrendo. Inclusive, no início da pandemia, alguns colegas observaram um aumento da narrativa de sonhos traumáticos¹³, portando o atual (a pandemia e suas ameaças reais, o caos externo, o próprio *setting* ameaçado) e o infantil. Ou seja, uma das vias principais descritas por Freud (1900/1977) para o acesso ao inconsciente permanece presente nas análises *on-line*, permitindo uma escuta analítica através de outro meio de comunicação. O sonho segue sendo uma forma de expressar aquilo que é vivido como traumático. A porta continua aberta para a captação do traumático, dos processos primários e secundários, dos deslocamentos, das condensações narradas durante a sessão. Mesmo sendo testemunhas de que o processo analítico prossegue ocorrendo, contudo, precisamos nos perguntar se as manifestações que ali ocorrem não tomam novas formas de expressão. A questão é entendermos que, embora por novas formas, a questão segue sendo a capacidade de expressão do material inconsciente. O inconsciente pode vir à tona pelo verbal, pelo gestual, pelo sonoro, e, principalmente, pelos vários ruídos que estes diferentes meios possibilitam ver. Não poderíamos pensar, no caso de uma sessão audiovisual digital, em uma espécie de ato falho de *mise-en-scène* ou de ato falho fático?

Os questionamentos relativos ao *setting* poderiam ser multiplicados: e a questão referente ao divã? Tratar-se-ia de uma simples substituição (sai o divã e entra outra matéria: telefone, câmera, tela, etc.)? Se, para Freud, o uso do divã facilitava o movimento regressivo e regrediente, quais novas facilidades ou dificuldades poderemos identificar com estes novos meios de comunicação?

¹³ Este texto já estava sendo finalizado quando recebemos a edição *Pandemia* (v. 54, n° 2, 2020) da Revista Brasileira de Psicanálise. Remetemos o leitor a esse volume, especialmente aos dois artigos que analisam de forma detalhada a questão do sonho durante a pandemia: *A abelha, o psicanalista e o sonho*, de T.G. Veríssimo e P. Endo e *Da dor ao sonho: sobre a coleção Oniricopandemia* de A.B. Pereira.

Cássio de Borba Lucas, Luciane Falcão

O *corpo-ausente* do analista também interfere no processo? Ou estaria o corpo, simplesmente, adquirindo uma outra configuração?

Outras sutilezas deveriam ser consideradas. A forma do silêncio do analista também se modifica. A sua respiração, o movimento do seu corpo na cadeira, etc. serão percebidos pelo paciente de forma diferente quando a sessão é virtual. O trabalho de representação nasce das excitações corporais e, por ali, os afetos passam a circular. Não faltaria um colorido especial de afeto na sessão *on-line*? Tendemos a pensar que tanto o corpo do paciente quanto o do analista, em uma sessão por vídeo, por exemplo, mostram-se como parciais e sem uma representatividade do todo. Porém, as teorias da comunicação há muito já trabalham para além das pretensões de uma transmissão *ideal*, de uma representação *perfeita* ou mesmo simplesmente adequada. As teorias da materialidade ressaltam que a representação passa sempre pelas capacidades representativas dos meios que fundamentam a comunicação. Pelos meios digitais, o divã não encontrará novas formas, com diferentes limites e capacidades representativos? Poderão estas novas formas promover o mesmo movimento regrediente de que falava Freud? Novamente não sabemos, mas intuímos aí um campo aberto para novos testes e hipóteses metodológicas.

Além dos questionamentos já descritos, queremos por fim destacar um aspecto central da teoria psicanalítica que talvez mereça reconsideração. Será que o próprio inconsciente manterá a mesma forma descrita por Freud? Como está sendo construído o inconsciente de um futuro analista e de seu futuro paciente, cujas vidas sempre se desenvolveram com a participação massiva das mídias digitais de comunicação? Será que o aparelho psíquico pensado por Freud teria espaço para abarcar os elementos que alteram a dimensionalidade do perceptivo? O mundo da fantasia incestuosa da cena primária não passa a ser construído de forma diferente quando crianças pequenas já sabem entrar nessa outra dimensão? Teremos outra forma de estruturação do inconsciente? Estas são questões que provavelmente nos ocuparão para além dos tempos de pandemia e que, esperamos, podem trazer condições para uma prática analítica mais consciente das materialidades da comunicação que a atravessam e determinam. □

Abstract

The materialities of communication and the mediatic challenges of psychoanalysis in quarantine

Faced with the challenges set before the psychoanalytic practice in the context of the current pandemic, one of the most pronounced concerns communication.

Mediation of sessions by means of technical media has become ubiquitous. This paper proposes a dialogue between psychoanalysis and the theory of the materialities of communication in order to outline a media-psychoanalytic look over some of these challenges, which also include renewed theoretical discussions. After a brief overview of the theses of some prominent authors in the field of materialities (McLuhan, Flusser, Kittler), we try to frame the rediscussion – based on the idea that the meaning of communication always emerges within the core of a specific material agency – of some seminal theoretical points of the psychoanalytic theory, especially the concepts of setting and analytical scene. Initial threads are thus established for a debate that is already fruitful between psychoanalysis and the theories of communication that denaturalize the relationship between man and technique.

Keywords: Materiality of communication; Psychoanalysis; Pandemic; Analytical scene; Setting

Resumen

Las materialidades de la comunicación y los desafíos mediáticos del psicoanálisis en cuarentena

Ante los desafíos a los que se enfrenta la práctica psicoanalítica en el contexto de la pandemia actual, uno de los más destacables se refiere a la comunicación. La mediación de sesiones por medios técnicos se ha vuelto ubicua. Este artículo propone un diálogo entre el psicoanálisis y la teoría de las materialidades de la comunicación para esbozar una mirada media-psychoanalítica sobre algunos de estos desafíos, que también dan lugar a renovadas discusiones teóricas. Tras una breve reseña de las tesis de algunos autores destacados en el campo de las materialidades (McLuhan, Flusser, Kittler), buscamos definir la rediscusión – a la luz de la tesis de que el sentido de la comunicación siempre emerge en el seno de una gestión material específica – de algunos puntos teóricos fundamentales de la teoría psicoanalítica, especialmente las nociones de *setting* y escena analítica. Así, se establecen las líneas iniciales de un debate que ya se presenta fructífero entre el psicoanálisis y las teorías comunicacionales que desnaturalizan la relación entre hombre y técnica.

Palabras clave: Materialidad de la comunicación; Psicoanálisis; Pandemia; Escena analítica; *Setting*

Cássio de Borba Lucas, Luciane Falcão

Referências

- Adorno, T., & Horkheimer, M. (1985). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Costa Lima, L. (Org.) (2005). *Teoria da cultura de massa*. Rio de Janeiro: Paz & Terra.
- Dilthey, W. (1990). *Einleitung in die Geisteswissenschaften: Versuch einer Grundlegung für das Studium der Gesellschaft und der Geschichte (Gesammelte Schriften)*. Göttingen: B.G. Teubner Verlagsgesellschaft.
- Flusser, V. (2015). *Comunicologia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Freud, S. (1977). A interpretação dos sonhos. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vols. IV-V). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1900)
- Freud, S. (2007). *Projet pour une psychologie scientifique*. In *Lettres à Flies. Édition complete*. Paris: Puf. (Trabalho original publicado em 1895)
- Freud, S. (2009). Recomendações ao médico que pratica a psicanálise. In *Obras completas*, (Trad. de P.C. de Souza, pp. 147-162). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1912a)
- Freud, S. (2009). Algumas observações sobre o conceito de inconsciente. In *Obras completas*, (Trad. de P.C. de Souza, pp. 255-267). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1912b)
- Freud, S. (2016). Estudos sobre a histeria. In *Obras completas. Estudos sobre a histeria*, (Vol. 2). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1893-1895)
- Gumbrecht, H.U. (1994). A farewell to interpretation. In H.U. Gumbrecht, K.L. Pfeiffer, *Materialities of communication*. Stanford: Stanford University Press.
- Gumbrecht, H.U., & Pfeiffer, K.L. (1994). *Materialities of communication*. Stanford: Stanford University Press.
- Innis, H. (1986). *Empire and communications*. Victoria: Press Porcépic.
- Jakobson, R. (2015). *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix.
- Kittler, F. (1990). *Discourse Networks 1800/1900*. Trad. de M. Metteer. Stanford: Stanford University Press. Recuperado de https://monoskop.org/images/1/1f/Kittler_Friedrich_Discourse_Networks_1800_1900.pdf
- Kittler, F. (1999). *Gramophone, film, typewriter*. Stanford: Stanford University Press. Recuperado de https://monoskop.org/images/7/73/Kittler_Friedrich_Gramophone_Film_Typewriter.pdf
- Kittler, F. (2016). *Mídias ópticas*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Lacan, J. (1986). *O seminário: Livro 1: os escritos técnicos de Freud, 1953-1954* / Jacques Lacan; texto estabelecido por Jacques-Alain Miller; versão brasileira de Betty Milan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1953-1954)
- Lazarsfeld, P., & Merton, R.K. (1957). *Mass Communication, Popular Taste and Organized Social*

As materialidades da comunicação e os desafios midiáticos da psicanálise em quarentena

- Action. In B. Rosenberg, & D. White, *Mass Culture. The popular arts in America*. New York: The Free Press.
- Lucas, C.B. (2017). Pressupostos para uma anarqueologia do barulho: ruídos da música e das mídias. In J.G. Mello & M.B. Conter. (Orgs.). *A(na)rqueologias das mídias* (pp. 265-278). Curitiba: Appris.
- Marcondes Filho, C. (2010). *Até que ponto, de fato, nos comunicamos?* São Paulo: Paulus.
- Mattelart, A., & Mattelart, M. (1995). *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Loyola, 2016.
- McLuhan, M. (1962). *The Gutenberg Galaxy: the making of the typographic man*. Toronto: University of Toronto Press.
- McLuhan, M. (1964). Os meios de comunicação como extensões do homem. São Paulo: Cultrix.
- Mead, G.H. (1972). *Mind, self and society*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Müller, A. (2012). O media turn alemão: introduções à teoria da mídia. In *Linhas imaginárias: poesia, mídia, cinema*. Porto Alegre: Sulina.
- Oliveira, E.F. & Müller, A. (2008). Medialidade: encontro entre os estudos literários e os estudos de mídia. *Revista Contracampo*, 19(2º semestre): Jornalismo e Narrativas.
- Oliveira, E.F. (2011). Da teoria da comunicação às teorias da mídia. Ou, temperando a epistemologia com uma dose de cibercultura. *Revista Eco-Pós*, 14(1).
- Pereira, A.B. (2020). Da dor ao sonho: sobre a coleção Oniricopandemia. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 54(2), 89-104.
- Quinodoz, D. (1992). The psychoanalytic setting as the instrument of the container function. *The International Journal of Psychoanalysis*, 73(4), 627-635.
- Rancière, J. (2015). *A partilha do sensível*. São Paulo: Ed. 34.
- Rüdiger, F. (2011). *As teorias da comunicação*. São Paulo: Artmed.
- Saussure, F. (1995). *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot & Rivages.
- Schreber, D.P. (1984). *Memórias de um doente dos nervos*. Trad. de Marilene Carone. Rio de Janeiro: Ed. Graal. (Trabalho original publicado em 1903)
- Sfez, L. (1994). *Crítica da comunicação*. São Paulo: Loyola.
- Shannon, C.E. (1949). A mathematical theory of communication. *The Bell System Technical Journal*, 27, 379-423.
- Veríssimo, T.C., & Endo, P. (2020). A abelha, o psicanalista e o sonho. Este mal de arquivo em tempos de pandemia. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 54(2), 73-88.
- Weaver, W. (1949). Recent contributions to the mathematical theory of communication. *ETC: A Review of General Semantics*, 10(4).

Recebido em 24/03/2021

Aceito em 05/05/2021

Cássio de Borba Lucas, Luciane Falcão

Revisão gramatical de **Gustavo Czekster**
Revisão técnica de **Renato Moraes Lucas**

Cássio de Borba Lucas

PPGCOM/UFRGS

cassioborba@gmail.com

Luciane Falcão

Av. Plínio Brasil Milano, 757/1204

90520-001 – Porto Alegre, RS – Brasil

lufalcao60@gmail.com

© Revista de Psicanálise da SPPA